

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO
DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL

Por este **Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Residencial**, o(a) **LOCADOR(A)**, representado pela **ADMINISTRADORA**, dá em locação ao(à) **LOCATÁRIO(A)** o imóvel abaixo individuado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

LOCADOR(A): ISABELLA COUTINHO COELHO

C.P.F.....: 068.419.079-65

CART.IDENT....: 6.850.202

CIDADE.....: FLORIANÓPOLIS - SC

REPRESENTANTE LEGAL: JOSÉ MAURICIO COELHO

C.P.F.....: 343.897.929-20

CART.IDENT....: 12.722

ADMINISTRADORA: ANDRADE E SOUSA IMÓVEIS LIMITADA

**ENDEREÇO.: AV.HERCÍLIO LUZ, 1349 – ED.BARRIGA VERDE – LJ.01 – CEP.88020-001
CENTRO – FPOLIS – SC.**

CNPJ.....: 10.693.209/0001-31

FONE/FAX: (48)3223-5900

LOCATÁRIO(A): JIAN CARLO GIROTTO

PROFISSÃO.....: CONSULTOR

ESTADO CIVIL: CASADO

C.P.F.....: 572.681.349-91

CART.IDENT....: 8.539.920

ENDEREÇO.....: R.SANTO ANTONIO, 263 – CENTRO SUL – DOIS VIZINHOS – PR.

FIADOR(A): TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO ICATU S/A

OBJETO DA LOCAÇÃO:

FINALIDADE: RESIDÊNCIA DO LOCATÁRIO

**ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE ALVIM, 452 – ED.VERSALHES – APTO.907 – BL.B
(ESTACIONAMENTO ROTATIVO) – CENTRO – FPOLIS – SC.**

PRAZO DE DURAÇÃO: 30(TRINTA) MESES

INÍCIO: 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

TÉRMINO: 31 DE JULHO DE 2023.

VALOR DO ALUGUEL: R\$ 1.350,00 (UM MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

FORMA DE PAGAMENTO: O aluguel mensal será pago mensalmente através de boleto bancário, o qual será remetido para o endereço do imóvel objeto do presente contrato.

Na hipótese de o boleto bancário não ser entregue no endereço do imóvel até a data do vencimento, o pagamento do aluguel deverá ser efetuado no escritório da **ADMINISTRADORA**, mediante recibo, sob pena de incidência das penalidades estipuladas neste contrato.

A **ADMINISTRADORA** poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, alterar a forma e o local de pagamento dos aluguéis e acessórios, desde que comuniquem o(a) **LOCATÁRIO(A)** com antecedência de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: É terminantemente proibido, depositar diretamente em conta do(a) **LOCADOR(A)** ou de seu(sua) **PROCURADOR(A)**, quaisquer valores referentes à locação, sob pena de infração contratual, acarretando, além da solicitação da desocupação do imóvel, no pagamento da multa compensatória, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

DS


DS
RA

REAJUSTE: O aluguel será reajustado ao término de 12(doze) meses de vigência do contrato, de acordo com a variação do **IGP-M**(Índice Geral de Preço de Mercado) positivo, da Fundação Getúlio Vargas. A partir de então, será reajustado no prazo mínimo permitido pela Legislação vigente à época para novos reajustes, sempre pela variação do **IGP-M** positivo, sendo que em caso de extinção do mesmo, será usado o índice que venha a substituí-lo.

Cláusula Primeira – DA PONTUALIDADE: O(A) **LOCATÁRIO(A)** deverá pagar o valor do aluguel até o 1º (primeiro) dia de cada mês subsequente ao vencido.

Cláusula Segunda – DA INADIMPLÊNCIA: Em caso de atraso no pagamento do aluguel, haverá o acréscimo de multa de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor total do aluguel e acessórios da locação devidos, mais juros de mora de 1%(um por cento) ao mês, além de correção monetária, até a data do efetivo pagamento.

Cláusula Terceira: O recebimento do aluguel após a data de vencimento previsto neste contrato não constitui novação, mas simples liberalidade, não gerando qualquer direito quanto à modificação do prazo de pagamento, constituindo mera tolerância por parte do(a) **LOCADOR(A)** em seu direito de não promover ação judicial.

Cláusula Quarta: O(A) **LOCATÁRIO(A)** não poderá reter o pagamento do aluguel e dos demais acessórios previstos no contrato de locação sob alegação de não atendimento às suas eventuais exigências, mesmo que expressas na Legislação vigente ou no presente contrato.

Cláusula Quinta– DOS ENCARGOS: O(A) **LOCATÁRIO(A)** é obrigado(a) a:

- a) além do aluguel mensal, pagar todos os impostos e taxas que recaírem sobre o imóvel locado, inclusive de **IPTU e TCRS**(que será pago sempre juntamente com o pagamento do aluguel), as despesas de água e esgoto, de consumo de energia elétrica, taxa de Foro, SPU(se for o caso), de **SEGURO CONTRA INCÊNDIO**, tendo como beneficiário da apólice o(a) **LOCADOR(A)**, sendo que os pertences será feita uma apólice complementar, a critério do(a) **LOCATÁRIO(A)** que será o beneficiário e taxas de condomínio;
- b) apresentar, para que seja descontado qualquer importância a título de rateio, a respectiva Ata do Condomínio que gerou a despesa extraordinária, para comprovação da responsabilidade do(a) **LOCADOR(A)**; bem como, o comprovante de pagamento da taxa de condomínio devidamente quitado. Porém, para que tais descontos possam ser efetuados, os mesmos deverão ser apresentados até o dia 15 (quinze) de cada mês à **ADMINISTRADORA**, para serem lançados no boleto do mês seguinte;
- c) pagar as despesas ordinárias e extraordinárias de condomínio em seus respectivos vencimentos, podendo ser reembolsado(a) das extraordinárias, desde que apresente a fatura da taxa de condomínio devidamente quitada à **ADMINISTRADORA**;
- d) entregar quaisquer avisos de vencimentos de impostos e taxas que forem entregues no imóvel locado à **ADMINISTRADORA**, no prazo máximo de 04(quatro) dias corridos, a contar da data que os recebeu, sob pena de responder por quaisquer acréscimos e multas decorrentes da perda do prazo para o pagamento;
- e) O(A) **LOCATÁRIO(A)** obriga-se, sob pena de rescisão da locação, a evitar a prática de atos que possam perturbar a tranquilidade, a moral e os bons costumes;
- f) se o prédio locado for unidade em condomínio, cumprir o regulamento interno vigente, devendo responder pelas multas condominiais eventualmente aplicadas pelo seu descumprimento;

DS


DS


- g) no ato da entrega das chaves, liquidar os aluguéis devidos até a data, e apresentar, devidamente quitados, os comprovantes de água e luz, provas do corte e da quitação da energia elétrica, dos impostos que recaírem sobre o imóvel locado e da taxa de condomínio (declaração do síndico ou da Administradora de condomínio atestando a inexistência de débitos no período locado), além de pagar os dias que excederem ao último vencimento, e depositar, mediante recibo, a importância correspondente ao total das despesas cujas quitações não estiverem devidamente comprovadas;
- h) permitir que o(a) **LOCADOR(A)**, a qualquer tempo, por si ou através da **ADMINISTRADORA**, vistorie o imóvel locado sempre que achar necessário, avisando-o(a) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Cláusula Sexta – DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL: O(A) **LOCATÁRIO(A)** é obrigado(a) a:

- a) servir-se do imóvel locado para os usos convencionados ou presumidos, conforme a natureza dela e as circunstâncias, bem como tratá-la com o mesmo cuidado como se sua fosse (Art. 569 do Código Civil);
- b) manter o imóvel locado em perfeitas condições de higiene e segurança, zelando pelo perfeito funcionamento de todas as suas instalações, fazendo limpeza periódica dos ralos e caixas terrestres, aquecedores, sendo vedada a colocação de pregos e parafusos nas paredes sem anuência, por escrito, da **ADMINISTRADORA**;
- c) manter muros, cercas, calçadas e tudo mais que se relacione com o imóvel, de acordo com o disposto nas posturas Municipais, conservar as demais áreas sempre limpas, bem como cumprir todas as exigências da Saúde Pública Municipal e Estadual, sem direito a qualquer indenização por parte do(a) **LOCADOR(A)**, exceto estrutural;
- d) os consertos de telhados, ferragens, canalizações, instalações elétricas e hidráulicas, entre outros, cujo estrago seja decorrente do uso anormal da propriedade ou falta de manutenção, verificados por ocasião da vistoria realizada pela **ADMINISTRADORA** na desocupação do imóvel ou durante a vigência do contrato, serão efetuados e suportados exclusivamente pelo(s) locatário(s), conforme Contrato de Locação, firmado pelas partes;
- e) custear os reparos e consertos que se fizerem necessários no imóvel locado, ou ainda nas partes comuns se os estragos forem causados por si, seus empregados ou visitantes;
- f) não modificar a forma interna ou externa do imóvel, nem fará quaisquer reformas, cessões ou melhorias, sem o consentimento prévio e por escrito, da **ADMINISTRADORA**, sob pena de rescisão contratual, podendo exigir a reposição de tudo em seu estado anterior, cabendo ainda, a aplicação da multa contratual;
- g) restituir, independentemente de notificação ou aviso, o imóvel locado em perfeito estado de conservação e limpeza, e com a comprovação da quitação dos encargos que lhe são atribuídos, uma vez vencido o prazo de duração do contrato e em caso de não ser o mesmo renovado;
- h) pintar o imóvel da mesma forma que o recebeu – conforme descrição no **RELATÓRIO DE VISTORIA** – uma vez finda ou rescindida a presente locação;
- i) **o recolhimento dos tributos incidentes ou que venham a incidir em decorrência do presente CONTRATO, deverão ser recolhidos pelo seu contribuinte ou respectivo responsável tributário, conforme disposto na legislação aplicável, comprometendo-se ainda a PARTE responsável pelo pagamento de determinado TRIBUTO, a manter a outra PARTE livre e isenta de quaisquer responsabilidades, demandas e ações de qualquer natureza em relação àquele TRIBUTO;**

- j) na hipótese de a LOCADORA ser **PESSOA FÍSICA (PF)**, mantendo-se a LOCATÁRIA **PESSOA JURÍDICA(PJ)**, aplicar-se-á o regime de tributação de retenção na fonte, em que a LOCATÁRIA deverá realizar a retenção do imposto de renda no pagamento mensal dos alugueres e recolher o IR devido. Contudo, na ocorrência desta hipótese, as Partes acordam que o recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente, seja efetuado pela LOCADORA, observado os prazos determinados nas normas tributárias aplicáveis, comprometendo-se a encaminhar a LOCATÁRIA, no prazo de 15 (quinze) dias via correio e/ou e-mail, uma cópia da DARF devidamente quitada para que seja prestadas pela LOCATÁRIA as devidas informações à Receita Federal.

Cláusula Sétima – DAS CONDIÇÕES DO IMÓVEL: O(A) LOCATÁRIO(A) declara que examinou previamente o imóvel e haver recebido o imóvel objeto da presente locação em perfeitas condições de uso, reparado em toda sua extensão e dependências, no que concerne ao revestimento das paredes, vidros, instalações hidráulicas, rede elétrica, aparelhos sanitários e demais itens constantes do **RELATÓRIO DE VISTORIA**, o qual integra o presente contrato na qualidade de anexo, obrigando-se a restituir o imóvel locado nas mesmas condições uma vez finda ou rescindida a presente locação.

Parágrafo Único. No caso de a locação envolver imóvel mobiliado, constará no Laudo de Vistoria, obrigatoriamente, a descrição dos móveis e utensílios que o guarnecem, bem como o estado em que se encontram. O conserto para eventuais problemas em eletrodomésticos, aquecedores, equipamentos e interfone ficam por conta do(a) LOCATÁRIO(A).

Cláusula Oitava – A(O) LOCATÁRIO(A) tem o prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, a contar da entrega das chaves para, por escrito, encaminhar à ADMINISTRADORA relação de defeitos porventura existentes no imóvel locado ou no **RELATÓRIO DE VISTORIA**.

Cláusula Nona: Fica firmado pelas partes contratantes, que a simples entrega das chaves ao(à) LOCADOR(A) ou à ADMINISTRADORA não o(s) desobrigará(ao) dos compromissos assumidos no presente contrato, sem que o(a) LOCADOR(A) dê plena quitação por escrito dos mesmos.

Cláusula Décima: Ao desocupar o imóvel, o(a) LOCATÁRIO(A) comunicará, por escrito, com no mínimo 03(três) dias de antecedência, a data que o mesmo estará livre e em condições de ser vistoriado, a fim de que se constate o exato cumprimento das disposições aqui contratadas.

Cláusula Décima Primeira: O(A) LOCADOR(A) poderá recusar o recebimento das chaves no caso de o imóvel não estar em perfeitas condições – da mesma forma como foi entregue ao(à) LOCATÁRIO(A) no início da locação – até que sejam efetuados os reparos necessários, salientando que, durante este período, o pagamento dos aluguéis e demais acessórios da locação serão de inteira responsabilidade do(a) LOCATÁRIO(A), até a data da efetiva entrega do imóvel, independentemente de este(a) estar ou não ocupando o mesmo.

Parágrafo Único: Se notificado e o locatário não restituir o imóvel ora locado, pagará, enquanto estiver em seu poder, o aluguel que o(a) LOCADOR(A) arbitrar, e responderá pelo dano que ela venha a sofrer, embora proveniente de caso fortuito, conforme disposto no Artigo 575 do Código Civil.

DS


DS
RA

Cláusula Décima Segunda – **DAS BENFEITORIAS**: É vedado ao(a) **LOCATÁRIO(A)** fazer quaisquer obras, benfeitorias, reformas, cessões ou melhorias, bem como modificar a estrutura interna ou externa do imóvel e suas dimensões, sem o consentimento prévio e por escrito, da **ADMINISTRADORA**, sob pena de rescisão contratual, podendo exigir a reposição de tudo em seu estado anterior, cabendo ainda, a aplicação da multa contratual.

Parágrafo Único: O(A) **LOCATÁRIO(A)** responderá pelas exigências dos poderes públicos a que der causa e eventuais multas a elas relacionadas.

Cláusula Décima Terceira: O(A) **LOCATÁRIO(A)** não terá direito à retenção ou indenização por quaisquer obras ou benfeitorias que venha a fazer no imóvel, mesmo em relação às necessárias, embora conte com o consentimento do(a) **LOCADOR(A)** conforme o Artigo 578 do Código Civil.

Cláusula Décima Quarta – **DA DESTINAÇÃO**: O(A) **LOCATÁRIO(A)** não poderá, sem consentimento expresso do(a) **LOCADOR(A)**, sob pena de despejo, ceder este contrato, nem ceder, emprestar, sublocar ou locar, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, nem mudar a sua destinação, o qual é destinado exclusivamente para fixação da residência do(a) **LOCATÁRIO(A)**, caso contrário ficará o(a) **LOCATÁRIO(A)** sujeito ao pagamento de perdas e danos de acordo com o Artigo 570 do Código Civil.

Cláusula Décima Quinta: Caso o imóvel objeto desta avença seja colocado à venda, o(a) **LOCATÁRIO(A)**, desde que avisado previamente, autoriza a visita de interessados no período compreendido entre 8:00 hs e 18:00 hs, podendo, entretanto, o(a) **LOCATÁRIO(A)** fixar um horário para visitas não inferior a 04(quatro) horas diárias.

Cláusula Décima Sexta: O(A) **LOCATÁRIO(A)** deverá providenciar junto ao(a) **LOCADOR(A)** a renovação do contrato, se lhe interessar, com pelo menos 30(trinta) dias antes da data de vencimento deste instrumento, sob pena de considerar-se como não tendo mais interesse em renovar a locação, sujeito que está o presente contrato à denúncia vazia condicionada prevista no Artigo 46, da Lei nº 8.245/91.

Parágrafo Único: A locação por tempo determinado cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso, conforme previsto no Artigo 573 do Código Civil.

Cláusula Décima Sétima: Findo o prazo contratual ora ajustado, se houver prorrogação por determinação legal, ou enquanto o(a) **LOCATÁRIO(A)** permanecer no imóvel, haverá de imediato um reajuste do valor do aluguel, a critério do(a) **LOCADOR(A)**, prevalecendo todas as demais cláusulas e condições ora estipuladas.

Cláusula Décima Oitava: Considerar-se-á rescindido o presente contrato, com o término automático da locação, independentemente de procedimento judicial e pagamento de qualquer quantia a título de multa, nos seguintes casos:

- a) desapropriação do imóvel;
- b) incêndio ou desabamento, força maior ou casos fortuitos que impeçam o uso normal do imóvel;
- c) qualquer decisão judicial que atue sobre o imóvel;
- d) abandono do imóvel ou descaso manifesto do(a) **LOCATÁRIO(A)** pela sua conservação;
- e) se o **LOCATÁRIO(A)** impedir a vistoria do imóvel pelo(a) **LOCADOR(A)**, na hipótese de ser posto à venda, desde que as visitas sejam agendadas com antecedência e em horário(s) razoável(is).

Cláusula Décima Nona: Na falta de pagamento dos aluguéis e encargos previstos neste contrato, ou de qualquer infração contratual ou legal, por parte do(a) **LOCATÁRIO(A)**, fica facultado o(a) **LOCADOR(A)** com a faculdade de rescindir o presente, exigir o cumprimento das obrigações assumidas e ou ajuizar, contra o(a) **LOCATÁRIO(A)**, a competente Ação de Despejo ou outra indicada ao caso, independentemente de notificação, aviso ou ciência, o(s) qual(ais) nem por isso fica(m) exonerado(s) de indenizar o(a) **LOCADOR(A)**, amigável ou judicialmente, pelas referidas obrigações previstas no contrato, além dos honorários de advogado que fica convencionado em de 20%(vinte por cento) sobre as obrigações inadimplidas.

Cláusula Vigésima: A **ADMINISTRADORA** fica autorizada pelo(s) **LOCATÁRIO(A)(S)** a negativa-lo(s) junto ao SPC e ao SERASA por débitos de aluguéis e/ou acessórios da locação, quando o atraso for superior a 30(trinta) dias, independentemente de notificação ou aviso a qualquer um deles.

Cláusula Vigésima Primeira: Fica estabelecido que, com a permissão do Inciso IV, do Artigo 58, da Lei nº 8.245/91, as citações, notificações ou intimações, judiciais ou extrajudiciais, far-se-ão mediante o envio de correspondência com aviso de recebimento ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, também mediante fax, ou ainda, se a parte julgar mais conveniente, pelas demais formas estabelecidas pela Lei Processual Civil vigente.

Cláusula Vigésima Segunda – DA MULTA POR RESCISÃO ANTECIPADA:

Havendo intenção do(a) LOCATÁRIO(A) de rescindir o presente contrato antes do prazo previsto, deverá pagar corretamente os aluguéis e demais encargos da locação nesse período, até a efetiva entrega das chaves, além da multa rescisória de 03(três) aluguéis, proporcional ao tempo faltante para o término do contrato.

Parágrafo Único: A multa poderá ser cobrada judicialmente através de Execução Forçada, baseada em título extrajudicial.

Cláusula Vigésima Terceira: Fica acordado previamente entre as partes que, após transcorrido o período de 12(doze) meses de locação, o(a) **LOCATÁRIO(A)** poderá desocupar o imóvel locado, sem pagar a multa prevista na Cláusula Vigésima Segunda, desde que avise à outra parte, por escrito e de forma inequívoca, com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

Cláusula Vigésima Quarta: Fica o(a) **LOCADOR(A)** ou seu representante legal, desde já, autorizado a ocupar, independentemente de ação ou medida de emissão de posse, sem qualquer formalidade, o imóvel, caso venha a ser desocupado ou abandonado pelo(a) **LOCATÁRIO(A)**.

Cláusula Vigésima Quinta: O(A) **LOCATÁRIO(A)** da locação deverá proceder a inclusão de seu nome como **TITULAR** e **RESPONSÁVEL** pelo consumo de energia elétrica do medidor instalado no imóvel ora locado.

Parágrafo Primeiro: Caso o imóvel não possua relógio medidor de consumo de energia elétrica instalado, o(a) **LOCATÁRIO(A)** deverá solicitar a nova ligação de energia e proceder também a inclusão de seu nome como **TITULAR** e **RESPONSÁVEL** pelo consumo de energia elétrica do medidor que será instalado no imóvel ora locado.

Parágrafo Segundo: Ao final da locação, o(a) **LOCATÁRIO(A)** deverá proceder o desligamento e/ou a substituição do seu nome, voltando a ser responsável pelo medidor o(a) **PROPRIETÁRIO(A)** do imóvel. No caso de existirem débitos sobre o referido medidor, apurados no período da locação, responderá pelos mesmos perante a **Cia de Energia Elétrica - CELESC**.

DS


DS


Parágrafo Terceiro: O(A) **LOCADOR(A)** e a **ADMINISTRADORA** não se responsabilizam por eventuais problemas na rede de distribuição e pelo prazo de nova ligação ocasionados pela empresa fornecedora de **Energia Elétrica (CELESC)**.

Cláusula Vigésima Sexta: Como garantia das obrigações assumidas neste contrato, o(a) **LOCATÁRIO(A)**, por ser de seu interesse, dá em Caução ao(à) **LOCADOR(A)**, o(s) Título(s) de Capitalização de Pagamento Único da modalidade Instrumento de Garantia, no valor total de R\$ 24.000,00(vinte e quatro mil reais), subscrito(s), neste ato, junto à **ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A**, através da(s) Proposta(s) de nº(s) 14.002.482.525.

Parágrafo Primeiro: As partes estão cientes e de acordo com as Condições Gerais do título de capitalização da modalidade instrumento de garantia.

Parágrafo Segundo: No ato da contratação do título de capitalização, o **LOCATÁRIO(A)** (titular) cede 100% (cem por cento) do seu direito sobre a quota de capitalização ao **LOCADOR(A)**, sendo que somente ocorrerá o aperfeiçoamento desta cessão quando o **LOCATÁRIO(A)** deixar de cumprir com as obrigações do contrato de locação.

Parágrafo Terceiro: As partes declaram estar cientes que o(a) **LOCADOR(A)** ou a **ADMINISTRADORA** que o(a) represente(a), estão desde já autorizados a resgatar o título de capitalização dado em garantia para cobrir débitos oriundos de descumprimento contratual (Ex.: falta de pagamento do aluguel, IPTU, luz, gás, etc), observada a apresentação da documentação exigida pela sociedade de capitalização e o disposto nas condições gerais do título de capitalização.

Parágrafo Quarto: Para o resgate do título de capitalização, seja na situação a que se refere o parágrafo anterior ou no caso de desocupação do imóvel e entrega das chaves sem a existência de quaisquer débitos, o(a) **LOCADOR(A)** confere à Administradora todos os poderes para praticar os atos inerentes à administração do imóvel, bem como resgatar o título de capitalização dado em garantia, passar recibos e dar quitação.

Parágrafo Quinto: Ao término do prazo de vigência do(s) Título(s), fica o(a) **LOCATÁRIO(A)** obrigado(a) a renová-lo(s) enquanto perdurar a locação, no mesmo plano, mediante reaplicação dos saldos atualizados, ficando, também, o(s) Títulos(s) oriundo(s) da reaplicação caucionado(s) como garantia de avença locatícia até a efetiva desocupação do imóvel e entrega das chaves.

Parágrafo Sexto: Para o resgate do título de capitalização pelo **LOCATÁRIO(A)** durante a vigência deste contrato de locação, será necessário a anuência expressa do(a) **LOCADOR(A)** junto à **ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A**.

Parágrafo Sétimo: Por este instrumento, autorizo a **Icatu Capitalização S/A** a **RENOVAR AUTOMATICAMENTE** a cada fim de vigência (12 ou 15 meses), o valor de resgate do Título de capitalização, sempre em meu nome, dando origem a uma nova Proposta, Título e Número da Sorte, permanecendo este caucionado em garantia da locação, desde que este novo título mantenha as Condições Gerais do Título inicial, sendo de minha responsabilidade informar expressamente à Icatu Capitalização qualquer alteração cadastral, bem como a me manifestar acerca de eventual não renovação do título de capitalização com a antecedência mínima de 30 dias da respectiva data de vencimento.

DS


DS
RA

Cláusula Vigésima Sétima: O(A) **LOCATÁRIO(A)** e o(a) **LOCADOR(A)** declaram, formal e expressamente, ter examinado previamente os termos deste contrato, bem como dos demais instrumentos que o compõem, concordando com os mesmos e nada tendo a oporem-se contra eles. O presente contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes contratantes e seus sucessores a qualquer título, sendo rescindível somente nos casos previstos legal e contratualmente.

Cláusula Vigésima Oitava – FORO DE ELEIÇÃO: Para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, fica, desde já, eleito o foro da Comarca de Florianópolis-SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou que as partes venham á ter domicílio.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam este Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Residencial, em 3(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2(duas) testemunhas instrumentais, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2021.

DocuSigned by:

ROSEANE D. DE SOUSA DE ANDRADE

6F1CB2B17B8B4BB...

P.P. LOCADOR(A)

DocuSigned by:



B0BAA1983E114A5...

LOCATÁRIO(A)
JIAN CARLO GIROTTO

DocuSigned by:

Marcos Fernando da Silva

1591AE803C1B404...

TESTEMUNHA

Marcos Fernando da Silva
C.P.F. 781.491.189-34

DocuSigned by:

Karina Voltan

B0DE1D8F85FB447...

TESTEMUNHA

Karina Voltan
C.P.F. 041.836.349-89